



ESPIRITUALIDADE ECOFEMINISTA EM CONTEXTOS DE CRISES SOCIAIS E PANDÊMICAS: SUSTENTABILIDADE E CUIDADO COMPARTILHADO

Ivoni Richter Reimer*

“Estamos no mesmo mar,
mas não no mesmo barco”
(Maria Paula Meneses, 2020)

RESUMO

O artigo tece contribuição sobre espiritualidade ecofeminista, refletindo sobre a relação entre gênero, ecologia e crises sociais e pandêmicas a partir de tragédias contemporâneas, com base em pesquisa bibliográfica e audiovisual. Baseia-se na transversalidade de abordagens que contempla as relações de poder entre gênero, classe e etnia na lide com pessoas e ambiente. Em abordagem ecofeminista, relata-se a ética do cuidado compartilhado desde os seres vivos mais vulnerabilizados, em nível sociocultural, político, econômico e teológico.¹

Palavras-chave: Espiritualidade; Ecofeminismo; Gênero; Crises pandêmicas; COVID-19.

* Doutora em Teologia/Ciências da Religião (Universität Kassel) com pós-doutorado em Ciências Humanas (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil). Docente na PUC Goiás (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião). Pastora emérita da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Religião, Gênero e Poder. Bolsista de Produtividade CNPq.

¹ Versão modificada e ampliada de texto publicado em Revista REDpensar, volume 9, número 2, Julho-Dezembro 2020.



ECOFEMINIST SPIRITUALITIES IN CONTEXT OF SOCIAL AND PANDEMIC CRISES: SUSTAINABILITY AND SHARED CARE

ABSTRACT

Started by contemporary social, environmental and pandemics crises and tragedies, there are presented in these text theoretical issues of ecofeminist spirituality in way to reflect on the relationship of religion, gender and ecology. The bibliographic survey include audiovisual material. It is built on transversality of social, environmental and ecofeminist approach, using the analytical category of gender to understand the power relationships also between class, ethnicity and generations in the dealing with people and environment. The ethics of shared care of the most vulnerable beings in social, cultural, political, economic and theological level is here affirmed from the perspective of an ecofeminist approach.

Keywords: Spirituality; Ecofeminism; Gender; Pandemic Crises, Sars-Covid-19.

ESPIRITUALIDAD ECOFEMINISTA EN CONTEXTOS DE CRISIS SOCIAL Y DE PANDEMIA: SOSTENIBILIDAD Y CUIDADO COMPARTIDO

RESUMEN

El artículo hace un aporte a la espiritualidad ecofeminista, reflexionando sobre la relación entre género, ecología y crisis social y pandémica a partir de tragedias contemporáneas, a partir de investigaciones bibliográficas y audiovisuales. Se basa en la transversalidad de enfoques, que contempla las relaciones de poder entre género, clase y etnia en el trato con las personas y el medio ambiente. En un enfoque ecofeminista, afirma la ética del cuidado compartido desde los seres vivos más vulnerables, a nivel sociocultural, político, económico y teológico.

Palabras clave: Espiritualidad; Ecofeminismo; Género; Crisis pandémicas; COVID-19.



INTRODUÇÃO

Este artigo, o qual tem origem no contexto da pandemia de COVID-19² no Brasil, busca compreender tragédias pandêmicas e socioambientais em perspectiva ecofeminista. Nisso, também reside sua contribuição. O Coronavírus que se espalhou globalmente adentrou espaços privados e públicos de forma assustadora e mortífera para milhares de pessoas. Governos, instituições e pessoas foram e são por ele afetados diretamente, ainda que de formas e intensidades diferentes, e tomaram (ou não) medidas para aliviar os impactos e prevenir a ação em nível pessoal, social, econômico e político, e cada um desses grupos é responsável pelas medidas que tomou ou deixou de tomar. Durante esse mesmo tempo e ao lado dessa pandemia, também tragédias socioambientais continuaram impactando violentamente algumas regiões e muitas vidas no Brasil, causando igualmente desolação e muitas perdas.

Por que relacionar essas duas manifestações de sofrimento que, a princípio, não estão diretamente interligadas? A pergunta e a hipótese baseiam-se em estudos sobre impactos negativos de COVID-19 e de catástrofes socioambientais, os quais demonstram que mulheres e crianças são as que mais sofrem direta e indiretamente nessas situações, juntamente com outros elos vulneráveis na natureza. A fim de observar esse resultado de pesquisas interdisciplinares, fiz então uma memória e um elenco de alguns dados sobre essa situação específica, os quais servem de base para pontuar percepções centrais de aproximação e compreensão hermenêutico-históricas das realidades em pauta, em um intenso processo de construção interdisciplinar de conhecimento.

² Em 20 de abril de 2021, o Brasil estava liderando o número de pessoas mortas pelo COVID-19, chegando a 380 mil óbitos, em uma média de 2.866 mortes por dia nos últimos 7 dias. Dados obtidos: <https://www.google.com/search?q=coronavirus+Brasil+mortes&oq=coronavirus+Brasil+mortes&aqs=chrome..69j57j0i131i433j0l8.15055j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Em 02 de novembro de 2021, o Brasil já tinha perdido 608.098 vidas por conta da COVID-19. Percebe-se também que a vacinação de 57% da população tem contribuído para a redução de mortes. Esses dados foram obtidos em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/01/mundo-passa-dos-5-milhoes-de-mortes-por-covid.ghtml>. Em 29 de novembro de 2022, temos o registro de um total de 689.665 óbitos (CONASS, 2022).



Durante a pesquisa bibliográfica e audiovisual³ foram-se perfilando aspectos interseccionais que indicavam e convergiam em direção à necessidade de uma perspectiva e abordagem interdisciplinar e transversal que pudesse dar conta da complexidade da questão. Essa percepção, ainda em construção, vai se evidenciando como apropriada e necessária, porque objetiva compreender fenômenos que não estão imediata e diretamente interligados no contexto de realidades e experiências diversas e, com isso, contingenciar possibilidades interventivas que coloquem no centro da pesquisa e da ação os direitos humanos e não humanos, a cidadania responsável, uma ética do cuidado compartilhada e a vida vulnerabilizada. Trata-se, pois, de contribuir com uma construção de conhecimento que perceba a complexidade das relações e das experiências de maneira interseccional em nível das sociabilidades, considerando as perspectivas micro e macro nas relações de interdependência e de respeito à diversidade em nível social e ambiental. Essas percepções, no decorrer da pesquisa, fizeram-me reconhecer esses aspectos fundamentais para uma epistemologia e uma espiritualidade ecofeministas que avaliam e vivenciam criticamente experiências vividas, narradas e escritas com aportes teóricos transversais de gênero, classe, etnia e idade para uma compreensão mais humanizada e humanizadora das diferentes experiências e impactos sofridos em contextos de tragédias pandêmicas e socioambientais.

Portanto, essas duas manifestações trágicas de sofrimento e morte suscitaram o interesse de observar possíveis interconexões entre a vulnerabilidade ontológica e a vulnerabilidade social, a ética do cuidado e as relações de poder em vários níveis, bem como tecer reflexões sobre concepções e espiritualidades ecofeministas.

TRAGÉDIAS, MEMÓRIA E PERCEPÇÕES FUNDAMENTAIS

Os impactos de COVID-19 e de tragédias socioambientais nesse contexto podem evocar memórias de experiências similares ocorridas em outras épocas e outros lugares. Entre 2019 e 2021, foram realizadas várias pesquisas sobre COVID-19 que também se reportaram a pande-

³ Ver o vídeo de Ângela Romano (2020).



mias em outros tempos e contextos⁴, como a peste negra/bubônica, no século XIV, buscando entender, para além da tragédia e seus milhões de pessoas mortas, como tais pandemias influenciaram no desenvolvimento de vacinas e outras medidas sanitárias preventivas, bem como políticas públicas de saúde. O mesmo poderia ser o caso em relação a tragédias socioambientais, contudo, percebe-se, aqui, que o poder público brasileiro pouco tem atuado por meio de ações legalmente punitivas e politicamente preventivas, como no caso de deslizamentos em conjuntos habitacionais populares (favelas) situados em território impróprio para construções (encostas em áreas de risco), fato recorrente em várias cidades do país.⁵

Reincidentes também se tornam as maiores tragédias socioambientais nos últimos anos, causadas por rompimento de barragens de mineradoras: a barragem do Fundão, em Mariana/MG, em 2015 (IBAMA, 2020), da qual muitas foram as investigações e os relatórios realizados, bem como as notificações e os autos de infração que a mineradora Samarco (controlada pela Vale e pela BHP Billiton) recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁶. Essas medidas, contudo, evidenciam-se necessárias, mas pouco eficazes, pois não interagem ou se efetivam com medidas preventivas. Em janeiro de 2019, ocorreu o mesmo tipo de desastre por rompimento de barragem da mineradora Vale, em Brumadinho/MG, com número maior de pessoas mortas.⁷ As perdas de vida humana e não humana são gritantes, e os danos socioambientais, irreparáveis. Esses desastres são crimes ambientais, passíveis de julgamento e condenação, previstos em lei. Em perspectiva crítica, porém, além de punir e indenizar, é preciso que

⁴ Ver, p. ex., o livro organizado por João D. Passos (2020), com vários capítulos; o dossiê Religiões e Pandemia na revista *Religião e Sociedade* (v. 41, n. 2, 2021); Ivone Gebara (2020, 2021); Cássia Quelho Tavares (2020); Maria C. Bingemer (2020); Claudete B. Ulrich, Marga J. Ströher, Nívia I. Núñez de La Paz (2020); Wilhelm Wachholz (2020); Mario J. Bastos (2009); Romualdo Campos Filho (2020), entre muitas outras contribuições interdisciplinares.

⁵ Um estudo de caso, com apresentação de causas e efeitos, consta em Artur Rosa Filho; Ana Tereza Cortez (2008).

⁶ Ver a documentação e os autos em ROMPIMENTO, disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites?id=117>.

⁷ Ver informações e comparações em Sabrina Rodrigues (2019).

governos, políticas públicas ambientais e movimentos socioecológicos se antecipem a tais novas ou reincidentes tragédias por meio de estratégias políticas e tecnológicas que possam evitar tais tragédias por intermédio de reconstrução de mentalidade, o que antecede e acompanha a elaboração legal: em vez de uma economia que tem o objetivo no lucro, no acúmulo e na exploração de recursos humanos e naturais, é imprescindível desenvolver uma economia sustentável, ecológica e subsistencial que tenha como objetivo o necessário para o Bem Viver⁸ de todos os seres, com aproveitamento dos recursos hídricos, eólicos e terrestres em menor escala. Enquanto esse desafio não for enfrentado e realizado em nível micro e macro, na política, na ciência, na tecnologia, na cidade e no campo, nas casas e nas instituições públicas, a iminência de tais tragédias será o horizonte no qual e com o qual teremos de continuar vivendo e sofrendo.

Na perspectiva de mudanças possíveis, as quais não prescindem da vontade de mudança político-ideológica, refiro-me aqui a iniciativas quilombolas⁹ e ao Movimento Sem Terra (MST), bem como reações trágicas sofridas por meio de representantes do agronegócio. Trata-se de dois desastres socioambientais em meio à tragédia pandêmica, no Brasil: a) em final de maio/início de junho 2020, foram desmatados mais de 530 hectares de área protegida de cerrado nativo, em território quilombola Kalunga, em Cavalcante/Goiás, na Chapada dos Veadeiros, por meio da “técnica do correntão”, realizada pelas Fazendas Alagoas e Pequi, em afronta à vigente lei ambiental brasileira e aos direitos do povo quilombola da região, extraíndo dali inclusive toneladas de calcário; b) na manhã de 03 de julho 2020, dois tratores e vários homens, entre eles um dos proprietários da Fazenda Santa Catarina (Usina Sabarálcool), Victor Vicari Rezende, invadiram e começaram a destruir as lavouras prontas para colheita no Acampamento Valdair Roque, em

⁸ História, vivências e conceituação do Bem Viver ver em Ivoni Richter Reimer (2021), com referências.

⁹ Acerca de quilombolas, ver QUILOMBOLAS (2020) e Thaís Marinho (2020) que apresentam questões de identidades diversas dentro do quilombola Kalunga/GO.



Quinta do Sol/Paraná,¹⁰ onde 50 famílias agricultoras pertencentes ao MST produzem alimentos (grãos, frutas, tubérculos, legumes, ovos, mel, verduras, pães, queijos, bolachas, leite etc.) destinados para o auto-sustento e à Campanha de Doação, organizada pelo MST, no contexto do distanciamento/isolamento social causado pela pandemia.

Diante desses fatos, como relacionar gênero e espiritualidade ecofeminista na vivência e no enfrentamento de exploração, violência e crises pandêmicas, como a da COVID-19 que assolou/assola o planeta e seus habitantes? Buscando tecer alguns fios para construir reflexões, destaco elementos ecofeministas e desenvolvo alguns itens acerca do tema. Para tal, baseio-me em referências bibliográficas, utilizando também audiovisuais; aponto para questões históricas de longa duração e para questões emergentes que se baseiam nessa história. Busco indicar conexões existentes nas relações de poder vigentes entre pessoas e dessas para com o (meio)ambiente. Destaco trabalhos realizados em movimentos sociais e teológicos ecofeministas, para os quais o princípio ético do cuidado é fundamental.

PERCEPÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS FUNDAMENTAIS

Minha primeira percepção e convicção é que a ganância e a falta de seriedade e/ou competência no exercício de funções públicas contribuíram e continuarão a perpetuar situações de riscos e perdas, caso não houver profunda mudança de mentalidades, empreendimentos, responsabilidades e espiritualidades.¹¹ Assim, expresso a pertinência e

¹⁰ Em torno de 100 acampamentos e assentamentos do Movimento Sem Terra (MST) no Paraná iniciaram campanhas de doação de alimentos em 09 de março 2020, no início da pandemia de Covid-19. Até 03 de julho foram doadas 246 toneladas de alimentos, 6.400 marmitas e 600 máscaras de tecido. O acampamento Valdair Roque localiza-se na Fazenda Santa Catarina, cuja proprietária é a Usina Sabarácool, com grande passivo jurídico e centenas de ações trabalhistas que fizeram o INCRA pensar em declará-la para Reforma Agrária. Mais informações em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2020/07/04/fazendeiro-destroi-lavoura-do-mst-destinada-a-doacao-de-alimentos.htm> e <https://mst.org.br/2020/07/03/comunidade-do-mst-tem-lavouras-destruidas-por-fazendeiro-e-capangas-no-parana/>.

¹¹ Uma história da espiritualidade cristã foi publicada por Ronaldo Cavalcante (2007), com vasta bibliografia. Ver também, em perspectiva psicológica, Clarissa de Franco (2013). Acerca de espiritualidades não religiosas, em sua diversidade e expressividade, ver Clóvis Ecco; José R. Martins Filho (2022); Flávio Senra; Jonathan Souza (2021) e Flávio Senra (2020).



a interconectividade das relações econômicas do mau uso/abuso das forças e das matérias primas de produção com a construção de ideologias e imaginários que sustentam essa economia política desde a Antiguidade.¹² Uma das principais características que sustentam a relação entre ecofeminismo e a crítica à economia patriarcal e capitalista é a interconexão entre exploração do ambiente e do trabalho humano, especificamente de mulheres empobrecidas (Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021; María CAMPUSANO; Luigi SCHIAVO, 2021; Ivone GEBARA, 2021). São essas mulheres que, também nos tempos de pandemia, mais sofrem sob os impactos do desemprego, da queda salarial, das responsabilidades familiares e das violências domésticas.

Igualmente continua central o reconhecimento das interconexões do pensar e agir local e global, econômico e político, público e privado, cultural/religioso e social em relação ao ambiente no qual vivemos: Nós somos parte do lugar que habitamos; dele cuidamos ou com ele sucumbimos. Isso tem a ver com alimentação, relações sociais, saúde, com uma boa política que garanta “o pão nosso de cada dia”, incluindo nesse “pão” um bom e democrático governo para o Bem Viver de todas as pessoas (Martin LUTERO, 1980 [1529], p. 467-469; Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021, p. 155-160) no conjunto da criação. Dessa percepção advém outra característica fundamental que sustenta a relação entre ecofeminismo, interdependência entre todos os seres e espiritualidade: o cuidado compartilhado (Janyne SATTLER, 2019, p. 185) especialmente com os elos mais fragilizados nos diversos contextos de vida, especificamente em meio à crise pandêmica vivenciada (Paula MENESES, 2020).

Permeando os dois itens anteriores, as relações de gênero tornam-se os lugares nevrálgicos de averiguação e avaliação de relações políticas, sociais, religiosas e econômicas. Para compreender tais relações de gênero, baseamo-nos na conceituação fundamental e de abrangência interdisciplinar de Joan Scott (1995) e de Elisabeth Schüssler Fiorenza (2009)¹³, como sendo uma categoria analítica de relações de poder

¹² Ver a respeito das bases ideológicas e patriarcais da economia política romana que se perpetua, em formas transvestidas, em Ivoni Richter Reimer (2006).

¹³ O referencial teórico por elas elaborado é assumido por significativa quantidade e representatividade de estudos em várias áreas de conhecimento que buscam compreender as relações de poder existentes na história e na sociedade de diversos tempos e lugares. Ver, p. ex., Carolina B. Souza; Ivoni Richter Reimer; Ketlin Schuchardt (2020), com bibliografia.



constituídas socioculturalmente a partir do significado atribuído às diferenças hierárquicas entre os sexos na invenção de funções, poderes e saberes. Essa categoria importa para decodificar o significado da diferenciação sexual e para “compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana” (Joan SCOTT, 1995, p. 89), sendo que a transversalidade de classe, etnia e idade coparticipam dessas relações. A saúde pública, especificamente a saúde da mulher, é um lugar privilegiado para perceber relações de poder sociocultural e hierarquicamente constituídas, principalmente quando se trata da reprodução e em situação de pandemias. Dessa forma, as políticas públicas, entre elas também as políticas ambientais, estão interconectadas pelo cuidado e/ou do controle das partes mais vulnerabilizadas no processo civilizatório desenvolvimentista do capitalismo patriarcal e neoliberal.¹⁴

Percebe-se, portanto, que o mundo que habitamos e que nos habita tornou-se um contexto macro e global, com as interconexões em nível micro e local. Esse mundo está caracterizado por relações e redes assimétricas de poderes que, gerando e consolidando desigualdades, também as classificam, discriminam e marcam por meio de diversas formas de violência na casa, no trabalho, na religião e na política. As partes mais vulnerabilizadas encontram-se em todos esses espaços de relações e sofrem, cada vez mais, os arbítrios, os impactos e as consequências dessas relações assimétricas. Essa percepção, crítica e convocação à reconstrução de relações sociais e ambientais é outra característica central do ecofeminismo em sua intersecção com gênero e economia. Ela está vinculada a fatores do mundo do trabalho de mulheres e das políticas trabalhistas e de mercado, como mão de obra e emprego com/sem direitos trabalhistas, salários, acesso à terra e à água, aos meios de produção e à própria produção. Se, p. ex., a Década da ONU para as Mulheres (1976-1985) pressupunha que a melhoria econômica das mulheres, principalmente no “terceiro mundo”, resultaria naturalmente da ampliação e “abertura” do processo de desenvolvimento capitalista ocidental, então, ao final da Década e no pós-Década foi sendo percebido que o problema era justamente esse próprio “desenvolvimento”: a

¹⁴ Sobre a relação entre capitalismo patriarcal e opressão de mulheres, ver Janyne Sattler (2019) e Ivoni Richter Reimer (2006).



maioria das mulheres, mesmo “participando” dele, empobrecia e sofria várias formas de violência. Nas palavras de Maria Mies e Vandana Shiva (2021, p. 150, grifo nosso): “[esse] crescente subdesenvolvimento das mulheres não se deveu à ‘participação’ insuficiente e inadequada no “desenvolvimento”; ao contrário, ele foi causado pela participação *imposta e assimétrica* por meio da qual elas carregam o fardo dos custos, mas foram excluídas dos benefícios.”.

Para essa autora, adentrar tal mundo de trabalho capitalista nessas condições significa simultaneamente abrir mão de economias ancestrais de subsistência, considerada pela economia do mercado como “pobreza cultural”. Essas economias de subsistência foram substituídas sistematicamente pela economia do mercado e do consumo que causou privatização e perda de terras, expansão das safras comerciais, dívidas, migração para centros urbanos, destruição terrestre, vegetativa e hídrica, portanto, devastação ecológica e cultural, dando lugar a uma grave crise alimentar e nutricional.

Com base em suas pesquisas e atuação em movimentos ecofeministas em perspectiva de “epistemologias do Sul”, Maria Mies e Vandana Shiva (2021) afirmam que mulheres e crianças são as que mais sofrem as consequências desse tipo de mercado de trabalho e consumo:

A armadilha da pobreza, criada por meio do círculo vicioso de “desenvolvimento”, dívida, destruição ambiental e ajuste estrutural é mais significativamente vivenciada por mulheres e crianças [principalmente pelo fluxo de capital entre Norte e Sul, cujo] escoamento econômico significa uma piora da crise de empobrecimento de mulheres, crianças e meio ambiente. (Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021, p. 153).

Essa complexa e globalizada estrutura de sistemas que produzem mercadorias e ditam as regras de mercado pela lógica da mais-valia e do crescimento permanente/infinito denuncia, para além do crescimento do empobrecimento e devastação dos ambientes, uma “contradição fundamental entre produção e consumo, porque a esfera de produção de mercadorias é separada do consumo principalmente pela esfera de circulação ou mercado” (Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021, p. 467). Isso basicamente significa que quem produz não come ou se alimenta mal.



Esse empobrecimento material e cultural não é característica exclusiva de mulheres e povos “do Sul”, mas também nos países e sociedades mais ricas do mundo.¹⁵

Diante disso, Maria Mies e Vandana Shiva (2021), bem como Janyne Sattler (2019) defendem a necessidade de reverter esse “desenvolvimento” por meio de reconstrução de economias de subsistência e autossustentabilidade que colocam mulheres e crianças no centro de uma ética do cuidado compartilhado por meio de práticas agroecológicas sustentáveis, de reivindicação dos direitos de vida e do ajuste estrutural e de dívidas. Dessa forma, crianças e mulheres empobrecidas são colocadas no centro das preocupações e da construção de estratégias que simultaneamente sejam capazes de empoderar mulheres e proteger a natureza (Sandra SOUZA, 2000). Essa é uma postura sociopolítica crítica diante de sistemas políticos e econômicos dominantes que se caracterizam como uma “insurreição do saber subjugado”, visando resgatar visões plurais e ancestrais que foram desprezadas e menos valorizadas pela cultura homogênea da “lógica *monocultural*” (Janyne SATTLEER, 2019, p. 169). Entendida como insurreição, a reconstrução de uma economia de subsistência com utilização consciente de recursos tecnológicos para gerar e garantir (auto)sustentabilidade é uma proposição que pode ser uma estratégia de sobrevivência não apenas para milhões de pessoas empobrecidas que estão à margem do “desenvolvimento”, mas para todos os habitantes do planeta. Isso tem por pressuposto que as mulheres que sofrem o maior impacto negativo da depredação do ambiente tenham o direito (muitas vezes perdido) de

preservar o controle autônomo sobre sua base de subsistência, seus recursos de propriedade comum: a terra, a água, as florestas, as colinas. Por sua história e sua própria experiência, elas sabem que sua sobrevivência, sua liberdade e sua dignidade [...] podem ser mantidas somente enquanto tiverem controle sobre esses recursos. (Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021, p. 473).

¹⁵ Ver dados sobre a pobreza de mulheres e crianças nos Estados Unidos, em Maria Mies e Vandana Shiva (2021, p. 154).



É dessa forma que, sendo as maiores vítimas, mulheres e crianças também protagonizam direta e indiretamente em movimentos de preservação e proteção da vida, da natureza e de cura aos danos a elas causados, em movimentos ecofeministas populares e espaços acadêmicos, questionando o paradigma de desenvolvimento predominante, capitalista, patriarcal, que se orienta pelo lucro e crescimento desordenado, e defendendo uma alternativa de subsistência agroecológica, no campo e na cidade.¹⁶

Portanto, a intersecção entre economia capitalista¹⁷, relações de poder especificamente de gênero e de movimentos ecofeministas se aglutina e se verifica na vida de mulheres e crianças que a) mais sofrem, em todos os lugares, os impactos negativos da degradação do ambiente, perdendo os meios de subsistência, migrando para outros lugares em busca de emprego e/ou ficam à mercê de condições de mendicância e prostituição; b) deslocadas dos espaços de vida e cultura, sofrem várias formas de violência, sexual e econômica, seja na vida doméstica ou do trabalho; c) buscam estratégias e articulam resistências, também por meio da espiritualidade que dá sentido à existência e à resiliência, para sobreviver junto com as crianças, cuidando do ambiente e buscando relações de justiça.

Nesse contexto, vale destacar a análise de Janyne Sattler (2019, p. 173-180), que afirma que a ideologia da supremacia masculina e a estrutura de classe do capitalismo, em conjunto, realizam e legitimam o controle sobre os corpos (não só) femininos que simultaneamente sofrem violência e opressão e, assim, continuam sendo “uma muleta essencial para o capitalismo” (Janyne SATTLER, 2019, p. 174). A esse conjunto de relações sociais e epistemológicas, a autora nomeia de patriarcado capitalista, com o qual se combinam “políticas sexuais, raciais e classistas de eliminação às políticas monoculturais de extinção agrícola e silvicultora num mesmo vocabulário” (Janyne SATTLER, 2019, p. 180)

¹⁶ Acerca disso, ver sugestões e experiência em Maria Mies e Vandana Shiva (2021, p. 467-491).

¹⁷ Quando nos referimos à economia capitalista, entendemos a imbricação que essa economia tem com o capital, o mercado, a dominação e o patriarcado. Dela fazem parte a maximização de lucros, o acúmulo de capital/bens, o crescimento permanente e irrestrito, a desconsideração da finitude dos bens da terra. Ver Janyne Sattler (2019).



que estão ligadas à monocultura mental marcadamente ocidental. Assim, faz-se necessário observar que movimentos ecofeministas questionam tais paradigmas monoculturais e unívocos para criar processos e movimentos dialógicos, democráticos e críticos por meio de paradigmas da complexidade da vida toda e de todas as formas de vida, com respeito à diversidade na construção de saberes e de poderes. Mulheres de todas as partes do planeta têm protagonizado esses movimentos, porque nas palavras de Maria Mies e Vandana Shiva (2021):

[...] as mulheres se identificam com o interesse da terra e de seus filhos em encontrar soluções para a crise de sobrevivência. Contra todas as adversidades, elas tentam refazer a teia que conecta sua vida à vida de seus filhos e à vida do planeta. Da perspectiva das mulheres, sustentabilidade sem justiça ambiental é impossível, e justiça ambiental é impossível sem justiça entre os sexos e as gerações. (Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021, p. 164-65).

A resistência e a organização de mulheres denunciam a cadeia ou rede de desigualdades, historicamente marcada por violências que interpenetram e atravessam a economia do mercado e o mundo do trabalho, as leis, as políticas de Estado, as mídias, as igrejas etc., influenciando pressupostos e preconceitos que constituem a base a partir da qual são definidas as macropolíticas de desenvolvimento (Cynthia MIRANDA, 2015). O ecofeminismo que aqui partilhamos também denuncia tradições religiosas que contribuem na construção e perpetuação desses pressupostos e preconceitos, especificamente tradições cristãs conservadoras e fundamentalistas que fazem da religião um poderoso instrumento político de subjugação e dominação¹⁸. Perspectivas hermenêuticas ecofeministas que defendemos buscam resgatar experiências libertárias de espiritualidade, também presentes em textos sagrados que ofereçam suporte para a construção de relações justas e boas para o Bem Viver de todos os seres vivos.

¹⁸ Para melhor compreender esse contexto necrofílico, ver o Dossiê Temático “Religião na Política”, na revista de Ciências da Religião Caminhos, da PUC Goiás (2019).



A VIDA VULNERABILIZADA COMO EIXO REFERENCIAL

Como reação e proação a esse complexo conjunto assimétrico de poderes que, em perspectiva teológica, abarca toda a vida criada/existente, movimentos e teologias ecofeministas têm se constituído como um dos agentes e protagonistas que visam transformações em nível pessoal, sociocultural, econômico, político e ideológico. Reconhecendo e assumindo que o pessoal é político e que o político é pessoal, esses movimentos são multidinâmicos e representativos para várias agendas de mobilização, entre elas a ecológica. Destaca-se que a opressão das mulheres tem caráter político-ideológico e, mesmo sendo experiência pessoal, não pode ficar restrita e “guardada” ao espaço privado, pessoal e doméstico. Compreende-se que historicamente as condições e os contextos, bem como as circunstâncias de experiências pessoais, são estruturadas e estão circunscritas por meio de fatores públicos, legais e religiosos e que, portanto, problemas “pessoais” e/ou individuais “só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas” (COSTA *apud* Ivoni RICHTER REIMER, 2019, p. 125). Considerando simultaneamente o caráter ideológico-político e sociocultural das opressões e violências, esses movimentos e teologias reivindicam que qualquer problema, também de saúde e de ambiente, deve ter sua solução por meio de ações políticas (Ivone GEBARA, 1997) em nível local e global (Sandra SOUZA, 2000). Trata-se, portanto, de movimentos socioculturais e políticos em defesa de todas as formas de vida, com repercussão em todas as áreas de atuação, também nas ciências da religião e na teologia, e que se embatem com grupos que representam o capital, a religião alienada e o patriarcado (Boaventura SANTOS, 2020) que ameaçam a vida na Terra.

Também as relações assimétricas de gênero estão construídas ideologicamente há milênios, e se transvestem continuamente. Como não abarcam exclusivamente “problemas de mulheres”, os movimentos, espiritualidades e teologias ecofeministas que têm no gênero e no sexo uma categoria analítica¹⁹ de (re)construção de poderes e de transversalidades com classe, etnia e idade, tornam-se referencial e pa-

¹⁹ Ver conceituação tecida anteriormente e também algumas categorias analíticas para análise das relações de poder em Elisabeth Schüssler Fiorenza (2009, p. 124-143) e Carolina B. Souza, Ivoni Richter Reimer e Ketlin Schuchardt (2020) com referências.



radigma revolucionários para reflexões, análises e ações que entrelaçam religião, gênero e ecologia.

Em suas várias tendências (Ivoni RICHTER REIMER, 2019), esses movimentos ecofeministas mostram que não são unívocos, e nem por isso são oponentes. Trabalham no sentido de conscientizar para a necessária e urgente mudança de mentalidades, paradigmas e epistemologias, a fim de transformar as relações de poder entre homens e mulheres e as relações de homens e mulheres com o ambiente/ecossistema (Jaci CANDIOTTO, 2012). Ivone Gebara, já em 1997, em diálogo com feministas internacionais, preconizava que teologias e movimentos ecofeministas situavam-se em “nível político-ideológico das lutas sociais e das relações nacionais e internacionais entre os grupos humanos diante do crescente desastre ecológico” (Ivone GEBARA, 1997, p. 9). Isso implica que não há relações ou ambientes isolados, mas que a interdependência socioambiental e político-econômica afeta todos os ambientes e todos os seres em nível planetário²⁰. Esse é um aspecto fundamental para uma espiritualidade ecofeminista de libertação que se compromete a cuidar da vida em suas diversas, ambíguas e complexas relações.

Essas relações de interdependência e de retroprojeção estão presentes nas proposições registradas por Bárbara Flores e Salvador Trevizan (2015, p. 13), e continuam sendo um dos grandes desafios ecofeministas, para viabilização de ambientes sustentáveis e, portanto, saudáveis por meio de novas relações:

[...] oposição a um desenvolvimento de maximização de benefícios monetários, em detrimento da saúde das comunidades humanas e dos ecossistemas; incorporação e valorização dos saberes e trabalhos das mulheres envolvidas em atividades também de subsistência; concentração na organização econômica e política da vida e do trabalho das mulheres que apresente alternativas à crise ecológica e melhoria das condições de vida das mulheres e dos pobres; busca da autossuficiência, da descentralização e da auto-organização, mediante a busca de equilíbrios. (Bárbara FLORES; Salvador TREVIZAN, 2015, p. 13).

²⁰ Sugiro ver documentário e filme *O Efeito Borboleta*, bem como o artigo de Teresa M. Toldy (2013).



Uma perspectiva ecofeminista de libertação, que aqui compartilhamos, percebe, no conjunto das relações de poder, a interconexão entre a exploração do ambiente com todos os seus recursos naturais e de pessoas com todo o seu corpo em nome da “economia” e do “mercado”, e reconhece que essa exploração é característica de sistemas patriarcais de dominação, dos quais fazem parte todas as formas de violência.²¹ Fato é que a capitalista “maximização monetária” não tem privilegiado e garantido a saúde de todas as pessoas e de todo o ambiente, o que se evidenciou e ainda evidencia terrivelmente durante a pandemia COVID-19, destacando-se alguns aspectos e realidades específicos: os trabalhos de mulheres, especialmente os que primam pela ancestralidade de saberes, continuam sendo pouco reconhecidos, também em nível científico, acadêmico e socioeconômico; a falta de reconhecimento e proteção oficial em vários níveis de poder das atividades produtivas e criativas de pequenos(as) agricultores(as) que resistem ao agronegócio tem contribuído para o avanço de desmatamentos e afrontosos ataques à produção de alimentos orgânicos, como enunciados na introdução desse texto; a conquista árdua e gradual de autossuficiência de pequenos produtores(as) continua ameaçada pelos grandes empreendimentos da economia política, sustentada ideologicamente também por teologias fundamentalistas, aviltando, assim, a busca da construção de equilíbrio nas relações que afetam classe, gênero, etnias e ambiente.

De fato, a maioria dos governos não tem sido suporte, proteção e motivação para essas vidas vulnerabilizadas que buscam e constroem sua organização, sobrevivência e autossuficiência também em solidariedade com outras vidas ameaçadas e “descartadas” e no cuidado do ambiente em que produzem alimentos e relações de afetividade e pertencimento, como também apontado na introdução. Pelo contrário, o Estado brasileiro, por exemplo, por meio do seu governo, tem prevaricado em relação (não só) às políticas públicas ambientais e de saúde, deixando de gerir atuais desastres e de agir preventivamente em relação a novos desastres.²²

²¹ Sobre a relação entre corpo e ambiente/território em seus processos de exploração e luta por libertação, ver Nancy Cardoso (2016), Ivone Gebara (1997), ONU BRASIL MULHERES (2020), Isabela Noronha e Lais Fraga (2017), com referências.

²² Isso tem acontecido por meio do afrouxamento das leis e normas contra o uso de pesticidas e inseticidas, contra o desmatamento de áreas de risco e que estão sob proteção legal; em relação ao atraso de compra de vacinas e da campanha de vacinação, ver Heloísa Mendonça (2020), Letícia Y. Marques (2019) e Amanda Almeida (2021).



Continua, pois, sendo desafio e tarefa de movimentos e teologias ecofeministas que se articulam com vários setores da sociedade, “pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho [o Estado], através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses” (COSTA, 2005, p. 7) e às necessidades das vidas vulnerabilizadas. Para tal, fundamental se faz renovadamente a articulação para garantir e maximizar os benefícios de políticas públicas de gênero, de saúde, de educação e de ambiente na construção de relações de equidade, cuidado e proteção. A fiscalização de ações públicas e de iniciativas privadas que atentam contra as vidas já vulnerabilizadas precisa evidentemente ser redobrada, pois elas agudizam mais ainda o estado de exceção pandêmica que paradoxalmente pode se tornar um embrião de reorganização de manifestações e movimentos populares em defesa e solidariedade com as vidas mais sofridas, como demonstram as ações e campanhas solidárias apresentadas no início desse artigo. Exatamente esse cuidado socioambiental e político, também em suas expressões de denúncia, é característica fundamental de espiritualidades ecofeministas de libertação (Claudete ULRICH; Abdruschin ROCHA, 2019; Ivone GEBARA, 2021).

Por isso mesmo há de se pontuar, nesse contexto de múltiplas e interconectadas crises pandêmicas que as “tecnologias capitalistas” utilizadas, por exemplo, para desmatar e extrair minérios e madeiras, bem como para explorar corpos e ambientes protegidos e desterritorializar riquezas naturais e humanas em benefício do capital e seu acúmulo por uma mínima parcela da população, oferecem poucos benefícios no que se refere a políticas públicas. Pelo contrário, os impactos negativos causados ao “corpo”-ambiente (terra degradada, água e ares poluídos, seca, biodiversidade diminuída etc.) repercutem nos corpos de mulheres que necessitam desse “corpo”-ambiente preservado e cuidado, para que possam garantir seu sustento e também o da família. A realidade da exploração de corpos se agrava ainda mais nas crises pandêmicas, por exemplo, por meio do aumento do desemprego de mulheres no mundo de trabalho formal e informal, as quais passam para uma situação extrema de superexposição econômica, sem proteção social adequada (ONU MULHERES BRASIL, 2020). Nesse contexto, para movimentos eco-



feministas populares que refletem a interação entre corpo-ambiente e corpo-mulher, os desafios que advêm dessas “tecnologias capitalistas” reafirmam a organização e a resistência em torno de agendas socioeconômicas e culturais centrais como: “soberania alimentar, acesso das mulheres à terra, agroecologia, o cuidado com as sementes crioulas, seus conhecimentos e diversidade, além do fomento e reativação das atividades culturais, culinárias e artesanais indígenas e camponesas” (Isabela NORONHA; Lais FRAGA, 2017, p. 5). É nesse sentido que também compreendemos que nenhuma agenda e ação feministas serão sustentáveis política e economicamente, caso não interconectarem a emancipação dos corpos explorados e violados de mulheres com a libertação do ambiente/da natureza da histórica opressão estrutural criada pelo patriarcado e pelo capitalismo (CABNAL, 2015 *apud* Isabela NORONHA; Lais FRAGA, 2017, p. 8; Maria MIES; Vandana SHIVA, 2021).

É também nesse viés e justamente em consequência da sistêmica dinâmica dessas “tecnologias capitalistas” que causam destruição, doenças e mortes que se percebe que são exatamente elas que colocam grandes desafios para (re)articular “tecnologias teológicas” (Nancy CARDOSO, 2016, p. 108-109) que priorizem e prestem diaconia às partes mais vulnerabilizadas no conjunto da criação. Trata-se de todos os seres violentados, empobrecidos, descartados e adoecidos por esse sistema capitalista patriarcal que também adentra altares religiosos ideológica e economicamente marcados por esse mesmo capital. Sendo as mulheres a maioria das pessoas que se encontram nessa condição, continua sendo imprescindível que se vincule renovada e constantemente a luta pelos direitos das mulheres e outras minorias qualitativas – bem como a manutenção de direitos conquistados! – aos movimentos e às políticas públicas em defesa e preservação do (meio)ambiente (CAMINHOS, 2019).

NA PANDEMIA²³: AUMENTO DE VIOLÊNCIAS E VISIBILIDADE DE (IN) COMPETÊNCIAS, DESAFIOS PARA ESPIRITUALIDADES

É exatamente aqui que volto à pandemia de COVID-19, uma tragédia dentro de várias tragédias. Nas notícias inicialmente mencionadas,

²³ Pensei em inserir o termo PÓS-PANDEMIA no título, mas mesmo que tenham diminuído os casos de COVID-19, a pandemia ainda não acabou, a campanha de vacinação ainda não atingiu toda a população e mortes continuam ocorrendo. Ver dados em CONASS (2022).



destaca-se que grande parte da produção de alimentos entre os quilombolas é garantida pelo trabalho de mulheres (Thaís MARINHO, 2020), o que também acontece na maioria de outras pequenas propriedades agrícolas. Essas populações camponesas fazem parte do grupo socioeconomicamente mais vulnerabilizado no Brasil. Estudos recentes mostram que a pandemia desmascarou o já existente/permanente estado de exceção para uma grande maioria de pessoas no planeta, agravando “uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (Boaventura SANTOS, 2020, p. 6) e evidenciando uma global-estrutural crise dos cuidados com a vida. O Coronavírus está globalizado, mas não “pega” por igual; existem pessoas sócio-historicamente mais vulneráveis a ele: mulheres, indígenas, quilombolas, trabalhadores informais e de ruas, moradores de rua, sem teto e das periferias metropolitanas, refugiados, imigrantes ilegais, pessoas portadoras de deficiências, idosas, presas... Além disso, as vulnerabilidades históricas de mulheres foram agudizadas pelo distanciamento social, porque aumentaram as várias formas de violência contra mulheres e crianças em todos os lugares no mundo e diminuíram as medidas protetivas e preventivas por parte dos poderes públicos (Argelia GUEVARA, 2020; Nara ASSIS, 2021). A diretora executiva da ONU, Phumzile Mlambo-Ngcuka, em Mesa-Redonda virtual (20 de abril 2020), afirmou e reivindicou:

Um dos aspectos mais devastadores dessa pandemia é o modo como a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, aumentou muito em muitos países. Todos os governos devem declarar serviços para prevenir e responder à violência contra as mulheres como essenciais. Isso inclui linhas de apoio e abrigos. Eles não devem apenas receber a atenção e o financiamento de que precisam agora, mas esses recursos devem continuar após a pandemia. (ONU MULHERES BRASIL, 2020, p. [1]).

Em relação à realidade econômica e do trabalho de mulheres no contexto da pandemia, Gabriela Ramos, chefe de gabinete da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), argumentou e postulou:



Em um mundo desigual, uma crise de saúde como a que enfrentamos hoje fere desproporcionalmente as mulheres. [...elas] representam 70% da força de trabalho da área de saúde em todo o mundo e 95% da força de trabalho de longo prazo em toda a OCDE. [...] estão potencialmente super expostas a essas consequências econômicas, pois estão super-representadas na economia informal sem proteção social adequada. [...] enfrentamos duas opções ao responder a esta crise: podemos permitir que esses impactos desproporcionais exacerbem as desigualdades existentes ou podemos garantir uma incorporação de uma forte lente de gênero nos esforços de resposta e recuperação para emergir mais forte. [...]. O mundo pós-Covid-19 nunca mais será o mesmo, e cabe a todas as pessoas garantir que as mulheres se saiam melhor. (ONU MULHERES BRASIL, 2020, p. [1]).

Essas constatações impactam e desafiam, pois, além do fato da maioria dos governos não enfrentarem protetiva e preventivamente o aumento da violência doméstica contra mulheres e crianças por meio do cumprimento da legislação existente²⁴ – ou de sua criação –, a pandemia evidenciou outro problema também no Brasil: a relação entre a crise excepcional permanente na área econômica com a crise na saúde pública, privilegiando-se “salvar o capital e o mercado” em vez de centrar esforços em políticas públicas nas áreas da saúde²⁵, de gênero, da economia, do ambiente e da educação. O cuidado da vida em todas as suas formas não se evidencia como foco e objetivo ideológico-político de vários governos ditos democráticos no contexto (não só) dessa

²⁴ Em consonância com os movimentos feministas e sociopolíticos, em 07 de agosto de 2006, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a Lei 11.340, nomeada de Lei Maria da Penha. A respeito da história, conteúdo, luta e conquista dessa Lei, ver Brasil (2006) e Cynthia M. Miranda (2015).

²⁵ Em 26 de outubro de 2021 foi publicado o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID que, em seis meses de investigação realizada por membros do Senado contra o presidente Jair Bolsonaro e outros líderes políticos e governamentais, apurou-se e relatou-se 9 crimes atribuídos ao presidente, cujo indiciamento deverá ser solicitado aos órgãos públicos competentes. São estes os crimes: crime de epidemia com resultado de morte; crime de infração a medidas sanitárias preventivas; crime de emprego irregular de verba pública; crime e incitação ao crime; crime de falsificação de documentos particulares; crime de charlatanismo; crime de prevaricação; crime contra a humanidade; crime de responsabilidade. Sobre o histórico da CPI e o significado dos crimes, ver CPI DA COVID (2021) (<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/entenda-os-crimes-que-a-cpi-da-covid-atribui-a-jair-bolsonaro.ghtml>).



pandemia. As incompetências tornam-se não só mais visíveis, mas um tanto mais ridículas frente à seriedade da situação que é minimizada, distorcida e ideologicamente utilizada para agravar hostilidades, expressões de ódio e ignorância em meio ao povo. Dessa forma, p. ex., atitudes e falas de alguns governantes têm agravado a falta de cuidado de muita gente que circula(va) sem uso de máscara, aglomera(va)-se em lugares públicos sem as medidas restritivas que devem ser observadas. Contudo, na falta do cumprimento das normas, da fiscalização e da séria observância dos cuidados preventivos, muitas dessas pessoas ainda chegam a adoecer e, em filas de hospitais, disputa(ra)m as poucas vagas nas UTIs... A irresponsabilidade chegou ao ilimitado absurdo que, na mais triste falta de sentido, evidencia a generalizada falta de responsável e amoroso cuidado, de crise generalizada da humanidade que deveria existir em nós.

Concluo esse item com as palavras de Magali Cunha (2020):

O fato é que a pandemia pôs em xeque os sistemas de saúde do mundo inteiro, desmascarando exclusões sociais, descasos e ineficiências. É um golpe também nas economias, estas mesmas globalizadas, centradas na lógica do mercado financeiro e do lucro. [...] Elementos importantes que se revelaram nessa crise pandêmica]: vulnerabilidade do Estado mínimo, megaexploração do trabalho, crescimento da violência de gênero nos espaços de isolamento social, descarte dos idosos, aumento da violência policial, racismo contra as populações indígenas e afrodescendentes. (Magali Cunha, 2020, p. 51).

Com o exposto, foram destacadas algumas interconexões entre as várias formas de violência cometidas especificamente contra mulheres e crianças e o contexto socioeconômico e político da pandemia COVID-19. Esse contexto acentua os desafios ecofeministas no sentido de organizar resistência, garantir direitos, rever epistemologias e metodologias²⁶, considerando também vivências de espiritualidade que sustentem as práticas oriundas desses desafios. De fato, esses desafios criam a necessidade e convocam para criarmos condições para aprofundar críticas

²⁶ Acerca de epistemologias e metodologias (eco)feministas nas Ciências da Religião e na Teologia, ver Carolina B. Souza, Ivoni Richter Reimer e Kethlin Schuchardt (2020), com referências.



às diversas formas e manifestações patriarcais, capitalistas e fundamentalistas com base em (con)vivências de espiritualidades ecofeministas.

DE ESPIRITUALIDADES ALIENADAS PARA ESPIRITUALIDADES DO CUIDADO COMPARTILHADO

Espiritualidades alienadas e alienantes têm por característica serem fundamentalistas, marcadas por fatalismo, dualismo e essencialismo (Ivone GEBARA, 1997), tomando “as coisas” como dadas por vontade de Deus que deve, em algum momento, mostrar às pessoas o sentido do seu sofrer.²⁷ Dessa forma, as pessoas se “assentam” sobre as vontades construídas socioculturalmente a partir de ideologias e teologias conservadoras que apelam para a “vontade de Deus” para justificar grande parte dos sofrimentos existentes, sem questionar estruturas e sistemas que constroem relações que na maioria das vezes são causadoras de grande parte desses sofrimentos, entre eles pobreza, racismo, doenças, violências, discriminação e ódio...²⁸.

Por isso, a (des)construção epistemológica, hermenêutica e histórico-cultural em busca de superar dualismos e hierarquias é pressuposto e condição para a mudança das relações de poder em todos os níveis de saber/fazer, haja vista que esses dois pilares ideológicos perpassam o conjunto das relações humanas, e são expressas também na espiritualidade (Eduardo HOORNAERT, 2014; REFLEXUS, 2020; Flávio SENRA, 2020; Clóvis ECCO; José MARTINS FILHO, 2022). Essa reconstrução não prescinde rever e aprofundar uma radical crítica à *pleonexía*-acúmulo/ganância e à *hybris* humana, raízes de dominação e abuso dos corpos de todos os seres. Para além do campo religioso e teológico, mas dele não desvinculado, em nível científico e tecnológico isso implica observar atentamente as “inovações” e os impactos causados principalmente nas vidas mais vulnerabilizadas, a fim de não enfraquecer a força político-emancipatória dos movimentos e teologias ecofeministas, potencializada com a categoria analítica de gênero em suas transversalidades com classe, sexo, etnia e idade.

²⁷ Acerca da história das espiritualidades, ver Ronaldo Cavalcante (2007).

²⁸ Um dos livros e personagens bíblicos que mais questiona esse tipo de espiritualidade e o arcabouço teológico é Jó, tornando-se, pois, um convite para estudos e reflexões na atualidade. Ver comentário crítico em Haroldo Reimer (2006).



Entre as propostas de teologias ecofeministas está a vivência de uma espiritualidade marcada pela ética do cuidado da vida em seu conjunto de relações, vinculada com as partes mais vulneráveis. Para viver essa ética é preciso (re)inventar espiritualidades como parte da expressão da vida social e política a serviço de minorias qualitativas (Ivone GEBARA, 1997; Ivoni RICHTER REIMER, 2010; Rosemary RUETHER, 2014). Teológica e pastoralmente, no que se refere à grande parte da população cristã no Brasil, é importante reler tradições bíblicas, como a da criação e da aliança, revisitar a práxis libertadora de Jesus e perceber o poder dinâmico e transformador da *ruah* divina, Espírito de vida e liberdade em comunidades cristãs nas origens. Observando as relações de poder nessas narrativas e a opção de Deus em favor da vida machucada, pode-se operar junto com movimentos socioambientais em perspectiva de cooperação crítica e construtiva, bem como de solidária reciprocidade em favor de uma práxis teológica, social e política para reordenar e reorganizar a inter(rel)ação entre todos os seres da criação (Haroldo REIMER; Ivoni RICHTER REIMER, 2010). Os tempos pandêmicos que nos assolam, os governos e as políticas públicas da saúde incompetentes, bem como as teologias e práticas eclesiais fundamentalistas e conservadoras que são disseminadas nesse contexto formam paradoxalmente o contexto para percepções e práticas ecofeministas crítico-construtivas que considerem espiritualidades do cuidado como um componente vital em seus processos de organização e de inserção socioambiental e política (Sílvia FEDERICI, 2020; 2021; Arianne ANDEL, 2022).

Assim, a vivência de espiritualidades do cuidado desafia e está desafiada a perceber e assumir, para além das diferenças entre as várias tendências ecofeministas, a renovada urgência de agir contra uma “visão utilitarista da natureza, no mesmo estilo ao que [...] ocorre nas instituições da sociedade hegemônica, dominada pelos homens.” (Bárbara FLORES; Salvador TREVIZAN, 2015, p. 23). Em termos de trabalho hermenêutico e teológico, é urgente realizar ininterruptamente pesquisas críticas em perspectiva ecológica e feminista que concentrem esforços em compreender integralmente os gritos de pessoas vulnerabilizadas e o gemido de todos os seres, motivando social, pastoral e politicamente para a superação das causas de sofrimentos que originam tais gritos



e gemidos, bem como seus esforços de superação.²⁹ Essas causas e esforços devem ser vistas em seus respectivos contextos.

Para muita gente comprometida ecofeministicamente, a vivência da espiritualidade em sua diversidade de expressões faz parte do almejado Bem Viver integral comprometido com o princípio Vida a partir dos “porões da humanidade”, especificamente nos atuais tempos pandêmicos. Nas palavras de Sandra Lassak (2012, p. 108) está posto o desafio de constantemente “refletir os elementos religiosos em seu potencial para o desenvolvimento de uma espiritualidade de resistência” e de solidariedade. Importante dimensão de espiritualidades é construir e/ou ressignificar sentidos de viver, buscando realização pessoal e social no conjunto da vida e em suas várias dimensões (Clarissa FRANCO, 2013). Essa espiritualidade envolve e está impregnada de sensibilidades, compaixão e ternura que se manifestam também como crítica radical e enfrentamento das injustiças em todas as suas relações e expressões. Essas espiritualidades estão encravadas no viver, no cotidiano e não carecem de espaços específicos. Característica de teologias contextuais de libertação, essa vivência da espiritualidade pode possibilitar a celebração e a denúncia, a tristeza das perdas e a alegria das conquistas no caminho que a caminhada possibilita.

Nessa caminhada, também se está desenvolvendo uma práxis e concepção da ética do cuidado compartilhado. Em postura crítica a perspectivas essencialistas, salvacionistas (mulheres como salvadoras do planeta) e vitimistas, estamos apostando em percepções que reconheçam capacidades e ações de empatia e de cuidado atento e compartilhado de mulheres e de homens, desde os trabalhos na casa e na educação das crianças até a vida profissional e político-social (Alicia PULEO, 2019). Reconhecer que já existe uma prática de cuidado compartilhado em nível familiar/doméstico, mesmo que ainda incipiente, é esperar e apostar no ensino/aprendizagem e em uma nova divisão de tarefas e

²⁹ Este trabalho teológico está sendo feito de forma solidária e em intercâmbio com profissionais de outros países, como Tereza M. Toldy (2013), Frank Crüsemann (2016), Marlene Crüsemann e Ivoni Richter Reimer (2016), Claudia Janssen e Ivoni Richter Reimer (2020), Mercedes G. Bachmann (2020), Rainer Kessler (2020), Paula Meneses (2020), Maria V. Campusano e Luigi Schiavo (2021).



funções de cuidados, observando criticamente as relações de poder que nelas se estabelecem e são vivenciadas. Trabalhar na construção de uma ética do cuidado compartilhado é questionar profundamente a atribuição naturalizada do cuidado às mulheres e estabelecer a igualdade de gênero também na ética do cuidado, evitando, dessa forma, um discurso generalista e inócuo sobre o cuidado que, de fato, carece da vivência cotidiana em vários níveis de relação. Esse trabalho visiona pactos de ajuda mútua e solidária entre pessoas e dessas para com a natureza, considerando e respeitando competências e possibilidades. Ajuda mútua pode existir desde pequenas unidades de produção de alimento até empreendimentos associativos de contribuição/distribuição, em forma de troca de serviços e bens entre pessoas do campo e da cidade, entre saberes populares e acadêmicos... Pode-se, assim, propor uma sociedade humana de ajuda mútua que se expressa em várias formas de cuidado compartilhado, uma sociedade que coloca no debate e no diálogo uma das bases de construção do Bem Viver. Esse cuidado compartilhado será capaz de colocar bases saudáveis para uma vida sustentável *de e para* todos os seres.

A partir dessa vivência de espiritualidades do cuidado compartilhado, a relação entre religião, gênero e ecologia é fundamental no sentido de perceber e vivenciar a interrelação entre os elos mais vulneráveis da vida, dos seres, da criação. Nesse momento, quero afirmar que, com base no exposto, a relação entre religião, gênero, ecologia e pandemia não se sustenta nem se mantém em horizonte algum, caso não priorizar constante e renovadamente as partes mais vulnerabilizadas das relações, bem como o fundamento da comunidade e do cuidado como referenciais do exercício de poder, na busca democrática e solidária do Bem Viver.

PERSPECTIVAS POR MEIO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os esforços de teologias e movimentos ecofeministas estão o discernimento, o empenho e o compromisso em afirmar relações de reciprocidade, cooperação e cuidado para um questionamento e um reordenamento da inter(rel)ação entre todos os seres, humanos e não humanos no conjunto da vida. A solidariedade com as partes mais vulneráveis, também na perspectiva de elaboração teórico-referencial,



é característica e desafio central. A vivência de espiritualidades centradas e permeadas pela ética do cuidado é força geratriz para teologias ecofeministas, atualmente também por meio da construção e vivência do cuidado compartilhado.

Os impactos da pandemia de COVID-19 são muitos e variados, incluindo o isolamento social e suas consequências, a evidência do estado de exceção permanente para a maioria da população planetária, adoecimentos, preconceitos, aumento da violência doméstica, feminicídios e quase um milhão de mortes pelo vírus no Brasil. Históricos e de longa duração, esses impactos afetam direta e indiretamente as políticas públicas, as relações de gênero, as expressões religiosas e o acesso à alimentação e ao trabalho por grande parte do povo. Esses impactos também podem ter e estão tendo repercussões significativas em termos de seriedade, competências e solidariedade, como o fato que algumas organizações realizam Campanhas de Doação de alimentos, roupas e remédios. Destacamos pontualmente o marco de 9 de março 2020, no início da pandemia de COVID-19, as Campanhas de Doação de alimentos *in natura*, em marmitas, bem como máscaras de proteção feitas artesanalmente com tecido, Campanhas essas organizadas pelo MST no Paraná, que se tornaram expressão de fartura e de solidariedade produzidas nos Acampamentos e Assentamentos daquele estado, como consta no início deste artigo. Notadamente, essas doações solidárias têm a ver com propostas de redistribuição da terra, distribuição dos frutos do trabalho, produção agroecológica, participação das mulheres em ação, decisão e celebração... A represália a essa expressão de solidariedade veio em forma de invasão destruidora feita por representantes do agronegócio da região (cana de açúcar – Usina Sabarálcool) que causou grandes prejuízos para essa rede de produção e solidariedade. Contudo, isso não conseguiu paralisar o ânimo e a motivação das mulheres e dos homens do Acampamento e dos movimentos sociais: no dia seguinte à destruição, no mesmo espaço, foi inaugurado o *Centro de Produção Agroecológica Pinheiro Machado* (Diego FERREIRA, 2020), em homenagem ao líder cientista da agroecologia no Brasil, como sinal de esperança também no intuito que essa terra seja declarada, pelo INCRA, para fins de Reforma Agrária. Nas notícias citadas anteriormente,



observei nas fotos que todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do campo usaram máscara durante o plantio das bananeiras e do feijão crioulo, outro belíssimo exemplo de responsabilidade cidadã, ausente em tantos outros espaços!

A consciência é construída com base na história de vida que abrange também as (con)vivências, os aprendizados em palavra e ação, a introspecção e a reflexão própria no esforço de compreender o sentido da vida, a superação (ou não) de dificuldades, as ajudas recebidas e dadas (ou não)... O respeito e o cuidado vêm acompanhados pelo reconhecimento da pertença, da organicidade e da humildade de perceber que somos parte de um todo e que estamos em passagem por este mundo. É assim que também se manifestou, em vídeo, a agricultora indígena argentina Ângela Romano (2020), criadora de horta orgânica autossustentável, no questionamento às economias de mercado e consumo. Ela reconheceu que não é a dona da terra, mas que é parte da terra, e conclama: “Tomemos conciencia de la importancia de la tierra, el agua y el aire, cuidemos la vida, amemos la vida y el futuro. Si podemos ser autosustentables, basta de tanto consumo y volvamos a embarrarnos las patas.” (Ângela Romano, 2020, [vídeo]). Nas letras e melodias de uma canção brasileira, é preciso meter a mão na terra, afagar a terra, conhecer os desejos da terra, e dela receber os frutos do nosso cuidado... Esse labor e esse cuidado tornam-se impossíveis em propriedades do agronegócio com os milhares de hectares de terra!

Para finalizar, em consideração às terras goianas, peço entrada para a poetisa de Goiás, Cora Coralina (1889-1985/2020), com “O cântico da terra” que, para alguma gente enaltece o brio dos latifundiários e dos agronegócios contemporâneos, mas que, escrito em outro contexto, questiona exatamente isso, pois se dirige aos pequenos(as) camponeses(as): “Ó lavrador, tudo [...] é meu”, inclusive o pão da tua casa; “plantemos a roça”, que não é latifúndio; “cuidemos do ninho, do gado e da tulha” que é para autossustentabilidade e, assim, no sítio (e não no latifúndio!), felizes seremos, com fartura o suficiente!

Esse suficiente da fartura haverá de motivar muitas Campanhas de Solidariedade. Esse suficiente da fartura marcará espiritualidades do cuidado compartilhado também para além do contexto pandêmico. Essa fartura



suficiente perpassará também as relações de gênero que repercutem em expressões religiosas e ambientais de proteção, cuidado e preservação. Podemos experimentar felicidade em abundância sem acúmulo e avareza, também em meio a situações e crises pandêmicas que se estendem. Essa é e continuará sendo uma característica fundamental de movimentos, lutas e espiritualidades ecofeministas de libertação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Amanda. CPI recolhe mais uma Prova de que Governo fez de tudo para retardar Compra da Vacina da Pfizer. 27 de junho de 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/cpi-recolhe-mais-uma-prova-de-que-governo-fez-de-tudo-para-retardar-compra-da-vacina-da-pfizer.html>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- ANDEL, Arianne van. Os movimentos feministas também têm espiritualidade. Entrevista concedida a Augusta Ramos (Télam), publicada na **revista IHU-Unisinos**, São Leopoldo, em 18 de março de 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/617021-os-movimentos-feministas-tambem-tem-espiritualidade-entrevista-com-arianne-van-andel>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- ASSIS, Nara. **Redução de Registros de Violência Doméstica e Aumento de Morte de Mulheres são Reflexos da Pandemia**. Mato Grosso, 23 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.sesp.mt.gov.br/-/17786188-reducao-de-registros-de-violencia-domestica-e-aumento-de-morte-de-mulheres-sao-reflexos-da-pandemia>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- BACHMANN, Mercedes L. García. Ezequiel 22:23-31 y la interrelación de las violencias humana y divina: una conversación con “Die Sprache der Gewalt”. *Caminhos*, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 888-901, 2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/360>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. **O poder nos tempos da peste**: Portugal - séculos XIV/ XVI. Niterói: Ed. da UFF, 2009. E-book.
- BINGEMER, Maria C. L. (2020). Mística, espiritualidade e pandemia. **ESPAÇOS - Revista de Teologia e Cultura**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 257-269, 2020. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/753/636>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 20 da emenda constitucional no 51, 14 fev. 2006, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 03 dez. 2022.
- CAMINHOS, Revista de Ciências da Religião (PUC Goiás). **Religião na Política** – Dossiê Temático, v. 17, n. 4, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/346>. Acesso em: 03 dez. 2022.



CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A peste, a gripe espanhola e a covid-19: geografiando as pandemias pelo mundo. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, Porangatu/GO, v. 09, p. 01-18, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10301>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAMPUSANO, María C. Ventura; SCHIAVO, Luigi. Ecología del cuidado desde una perspectiva feminista. *Caminhos, Goiânia*, v. 19, n. 2, p. 354-371, 2021. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/385>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. A teologia ecofeminista e sua perspectiva simbólico-cultural. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, out./dez., p. 1395-1413, 2012.

CARDOSO, Nancy Pereira. Onde estiver o seu tesouro ali também o seu coração: mineração, tecnologia e economia em Jó 28. *Caminhos, Goiânia*, v. 14, n. 1, p. 96-110, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/4828/2694>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CAVALCANTE, Ronaldo. **Espiritualidade Cristã na História**: das origens até Santo Agostinho. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Painel Nacional COVID-19**. 15 out. 2022. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CORALINA, Cora. **O Cântico da Terra**. Disponível em: http://www.releituras.com/coracoralina_cantico.asp. Acesso em: 03 dez. 2022.

CPI DA COVID. Entenda os 9 crimes que a CPI da Covid atribui a Jair Bolsonaro. 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/entenda-os-crimes-que-a-cpi-da-covid-atribui-a-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CRÜSEMANN, Frank. Die Bedeutung der Hebräischen Bibel für die Christlich Kirche und Theologie. *Caminhos, Goiânia*, v. 14, n. 1, p. 26-44, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/245>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CRÜSEMANN, Marlene; RICHTER REIMER, Ivoni. Igrejas Domésticas: lugar de acolhida, partilha e celebração na Casa de Mulheres. *Caminhos, Goiânia*, v. 14, n. 1, p. 179-190, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/245>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: tendências e desafios para a ação. Salvador/BA: Koinonia, 2020.

ECCO, Clóvis; MARTINS FILHO, José Reinaldo (orgs.). **Espiritualidades**: múltiplos olhares. v. 1. Porto Alegre: Editora FI, 2022.

FEDERICI, Sílvia. Não estamos emancipadas, estamos cansadas e em crise. Entrevista cedida à *revista IHU-Unisinos*, São Leopoldo, em 09 de março de 2021. Disponível em:



<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/607323-nao-estamos-emancipadas-estamos-cansadas-e-em-crise-entrevista-com-silvia-federici>. Acesso em: 03 dez. 2022.

FEDERICI, Silvia. Para realizar uma Mudança, é preciso colocar a Vida no Centro. Entrevista cedida à **revista IHU-Unisinos**, São Leopoldo, em 18 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601092-para-realizar-uma-mudanca-e-preciso-colocar-a-vida-no-centro-entrevista-com-silvia-federici>. Acesso em: 03 dez. 2022.

FERREIRA, Diego. MST inaugura Centro de Produção Agroecológica em lavoura destruída por usineiros no PR. Terra sem Males, jornalismo independente. 05 de julho de 2020. Disponível em: https://www.terrasemmalas.com.br/mst-inaugura-centro-de-producao-agroecologica-em-lavoura-destruida-por-usineiros-no-pr/?fbclid=IwAR2rpWyam5GLYxla09HjgRRFKJt_rFKknJ55HWjpxMF16_cSHu-MFV_JcxM. Acesso em: 03 dez. 2022.

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. **Caminhos da Sabedoria**: uma introdução à interpretação bíblica feminista. Tradução: Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015.

FRANCO, Clarissa de. Psicologia e Espiritualidade. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p.399-410.

GEBARA, Ivone. Teologia Ecofeminista em Tempos de Pandemia Múltipla. In: ARAÚJO LUCAS, Flávia Cristina; SILVA SANTOS, Ronize da; SOUZA, Sandra Duarte de. **Religião e Ecologia**: plantas, espiritualidades e política. Belém: Ed. da UEPA, 2021. p. 57-78.

GEBARA, Ivone. **Religião e a pandemia Covid-19**. Instituto Humanitas Unisinos, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600224-religiao-e-a-pandemia-covid-19-artigo-de-ivone-gebara>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GUEVARA, Argelia. **Exigen al presidente cese a su violencia institucional contra las mujeres**. 28 de maio de 2020. Disponível em: <https://rebellion.org/exigen-a-presidente-cese-a-su-violencia-institucional-contra-las-mujeres/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

HOORNAERT, Eduardo. Ecofeminismo e imaginário cristão. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 20, n. 20, p. 45-58, 2014.

IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão**: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. 2020. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites?id=117>. Acesso em: 09 jun. 2022.

JANSSEN, Claudia; RICHTER REIMER, Ivoni. „Ich schreibe das nicht, um euch zu beschämen“ (1 Kor 4,14): Beschämung und Scham im Kontext antiker Genderdiskurse und in den paulinischen Gemeinden, **Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 540-558, 2020.



Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/359>. Acesso em: 03 dez. 2022.

KESSLER, Rainer. Die Sprache der Gewalt. **Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 888-901, 2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/360>. Acesso em: 03 dez. 2022.

LASSAK, Sandra. Comunidades de Resistência e Libertação: a influência da Teologia (Feminista) da Libertação no Movimento de Mulheres Camponesas. **Caminhos**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 90-109, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2456/1518>. Acesso em: 03 dez. 2022.

LUTERO, Martinho. Catecismo Maior. In: **Livro de Concórdia** (tradução e notas: Arnaldo Schüller). São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1980. p. 385-496.

MARINHO, Thaís Alves. Autenticidade, Consumo e Reconhecimento Quilombola: do neotribalismo à sociedade de consumo. **História**, São Paulo, v. 39, e2020012, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/jtQFPnNpKRmmzcyPqBQddmP/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MARQUES, Letícia Yumi. As políticas públicas ambientais no ano dos desastres. **Consultor Jurídico**, 24 de dezembro de 2019: Retrospectiva 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-24/direito-ambiental-politicas-publicas-ano-desastres>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MENDONÇA, Heloísa. Atraso do Brasil em começar Vacinação contra COVID-19 estende Crise e retarda Economia. **El País**, São Paulo, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-30/atraso-do-brasil-em-comecar-vacinacao-contracovid-19-estende-crise-e-retarda-retomada-da-economia.html>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MENESES, Maria Paula. Entrevista temática com Maria Paula Meneses: “Estamos no mesmo mar, mas não no mesmo barco”, feita por Ivoni Richter Reimer. **Caminhos**, v. 18, n. 2, p. 370-379, 2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/359>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução: Caroline C. Coelho. 1.ed. Belo Horizonte: Luas Editora, 2021.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. **Interfaces Brasil/Canadá**, Canoas, v. 15, n. 1, 2015, p. 347-385. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/download/6721/4632>. Acesso em: 03 dez. 2022.

NORONHA, Isabela; FRAGA, Lais Silveira. A terra e seus significados para as mulheres de Movimentos Camponeses. **Anais do Eletrônicos do XI e XIII Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503407861_ARQUIVO_NORONHA_FRAGA_MMFG.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.



- ONU MULHERES BRASIL. **Mulheres e meninas devem estar no centro dos esforços de resposta à Covid-19, apontam mulheres líderes.** 25 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-dos-esforcos-de-resposta-a-covid-19-apontam-mulheres-lideres/>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- PASSOS, João D. (org.). **A pandemia do coronavírus: onde estivemos? Para onde vamos?** São Paulo: Paulinas, 2020.
- PULEO, Alicia H. Ecofeminismo: una alternativa a la globalización androantropocêntrica. In: ROSENDO, Daniela et al. (orgs.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais.** Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019. p. 41-60.
- QUELHO TAVARES, C. Dimensões do cuidado na perspectiva da espiritualidade durante a pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19). **Journal Health NPEPS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/4517>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- QUILOMBOLAS NO BRASIL. **Comissão Pró-Índio de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- REFLEXUS. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, Vitória, v. 14, n. 1, p. 15-176, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/issue/view/102>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- REIMER, Haroldo. Pobre Sujeito: sobre o direito dos empobrecidos no Livro de Jó. In: DREHER, Carlos A.; MÜGGE, Erny; HAUENSTEIN, Íria; DREHER Isolde R. (orgs.). **Profecia e Esperança: um tributo a Milton Schwantes.** São Leopoldo: Oikos, 2006. p. 239-257.
- REIMER, Haroldo; RICHTER REIMER, Ivoni. Espiritualidad ecológica en la Biblia. **Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana**, Quito, v. 65, p. 47-59, 2010. Disponível em: <https://www.centrobiblicoquito.org/images/ribla/65.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- RIBEIRO, Claudio de O. **Libertação e gratuidade: reflexões sobre a espiritualidade.** São Paulo: Paulinas, 2013.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Humanizar para Bem Viver. Editorial. **Caminhos**, v. 19, n. 2, p. 243-247, 2021. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/issue/view/385>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- RICHTER REIMER, Ivoni. As teologias e práticas políticas dos movimentos (eco)feministas. **Caminhos**, Goiânia, v. 17, Especial, p. 120-137, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7489/4272>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- RICHTER REIMER, Ivoni. **Terra e água na espiritualidade do movimento de Jesus: contribuições para um mundo globalizado.** São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Patriarcado e economia política: o jeito romano de organizar a casa. In: RICHTER REIMER, Ivoni. **Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos.** São Leopoldo: CEBI; Sinodal, 2006. p. 72-97.



RICHTER REIMER, Ivoni; REIMER, Haroldo. Ecologia em perspectiva de espiritualidade bíblica. In: ARAÚJO LUCAS, Flávia Cristina; SILVA SANTOS, Ronize da; SOUZA, Sandra Duarte de. **Religião e Ecologia**: plantas, espiritualidades e política. Belém: Ed. da UEPA, 2021. p. 23-56.

RODRIGUES, Sabrina. Retrospectiva: Rompimento da barragem de Brumadinho foi a primeira grande tragédia ambiental do ano. **O Eco**, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/rompimento-da-barragem-de-brumadinho-e-a-primeira-grande-tragedia-ambiental-do-ano/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ROMANO, Ângela. “**No Soy Dueña de la Tierra**: Soy Parte de la Tierra. 27 de março de 2020. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUHmLrbfd-8>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ROSA FILHO, Artur; CORTEZ, Ana Tereza Caceres. **Os deslizamentos de encostas nas favelas em áreas de risco da “Suíça brasileira”**: Campos do Jordão (SP). I SIMPGEO/SP, Rio Claro: Unesp, p. 578-596, 2008. Disponível em: <https://silو.tips/download/os-deslizamentos-de-encostas-nas-favelas-em-areas-de-risco-da-sua-brasileira-ca>. Acesso em: 09 jun. 2022.

RUETHER, Rosemary Radford. Ivone Gebara: teóloga ecofeminista latino-americana. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 20, n. 20, p. 175-185, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/download/5177/4329>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SATTLER, Janyne. Um Projeto Ecofeminista para a Complexidade da Vida. In: ROSENDO, Daniela et al. (orgs.). **Ecofeminismos**: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019. p.167-190.

SCIELO. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/i/2021.v41n2/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. [Revisão de Tomaz T. da Silva a partir do original inglês].

SENRA, Flávio; SOUZA, Jonathan Félix de. Espiritualidad como cualidad humana y cualidad humana profunda en el pensamiento de Marià Corbí. **Theologica Xaveriana**, Bogotá, v. 71, p. 1-26, 2021.

SENRA, Flávio A.R. Da morte e do morrer: notas no horizonte de uma espiritualidade não religiosa. In: LEMOS, Carolina Teles; MARTINS FILHO, José Reinaldo (orgs.). **Religião, espiritualidade e saúde**: os sentidos do viver e do morrer. 1ed. Belo Horizonte: Senso, 2020, v. 1. p. 59-69.

SOUZA, Carolina B. de; RICHTER REIMER, Ivoni; SCHUCHARDT, Ketlin. Métodos e Epistemologias Feministas nos Estudos de Religião. **Reflexus**, Vitória, ES, v. 14, n. 1, p.



15-43, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/issue/view/102>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SOUZA, Sandra Duarte de. Teoria, Teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 6, p. 57-64, 2000.

TOLDY, Teresa Martinho. “O Efeito Borboleta”: ecologia e teologias feministas da libertação. **Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 93-108, 2013. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2839/1734>. Acesso em: 03 dez. 2022.

TÚLIO, Sílvio; JACOMETTO, Honório. Donos de Fazenda são multados em \$300mil em área quilombola em Goiás. **Jornal Globo - G1**, 05 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/06/05/donos-de-fazenda-sao-multados-em-r-300-mil-por-desmatamento-em-area-quilombola-preservada-na-chapada-dos-veadeiros.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ULRICH, Claudete Beise; STRÖHER, Marga Janete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Mulheres em tempos de pandemia: a cotidianidade, a economia do cuidado e o grito uterino! **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 554-572, 2020. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/issue/view/330. Acesso em: 15 ago. 2022.

ULRICH, Claudete Beise; ROCHA, Abdruschin Schaeffer. Pathos e cuidado: Dorothy Mae Stang e o cuidado como afetação. **Reflexus**, v. 13, n. 21, p. 37-64, 2019. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/issue/view/84>. Acesso em: 03 dez. 2022.

WACHHOLZ, Wilhelm. “Se é permitido fugir diante da ameaça de morte”: Lutero e a epidemia da peste em Wittenberg. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 372-389, 2020. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/issue/view/330. Acesso em: 15 ago. 2022.

Submetido em: 3-11-2022

Aceito em: 1-12-2022